

Ricardo Vieira
José Marques
Pedro Silva
Ana Vieira
Cristóvão Margarido
(Orgs.)

**DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL
À MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA.**

**Estar dentro e estar fora
para mediar e intervir**

Título: Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária.

Estar dentro e estar fora para mediar e intervir

Organizadores: Ricardo Vieira, José Marques, Pedro Silva, Ana Vieira e Cristóvão Margarido

© 2018, Ricardo Vieira, José Marques, Pedro Silva, Ana Vieira, Cristóvão Margarido
e Edições Afrontamento

Capa: Edições Afrontamento / Departamento gráfico

Edição: Edições Afrontamento, Lda

Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt

ISBN: 978-972-36- ____ - __

Colecção: Textos/ ____

Depósito legal: ____/ ____

N.º edição: ____

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.

Comercial@companhiadasartes.pt

Novembro de 2018

Este livro foi objeto de avaliação científica

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do projeto UID/SOC/04647/2013.



Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
CICS.NOVA.IPLeiria

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Instituto Superior de Educação
e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria

Índice

Introdução	7
<i>Ricardo Vieira, José Marques, Pedro Silva, Ana Vieira e Cristóvão Margarido</i>	
I PARTE	
Intervenção Social e Mediação Comunitária	13
Capítulo 1	
Da evolução do brincar na Criança ao interculturalismo: notável paralelismo.....	15
<i>Rui Matos</i>	
Capítulo 2 – Vidas de rua: a mediação na (re)construção de projetos de vida	25
<i>Cátia Matias e Ricardo Vieira</i>	
Capítulo 3 – Da mediação intercultural num GAAF	45
<i>Patrícia Simões e Ana Maria Vieira</i>	
Capítulo 4 – Intervenção Social com famílias de afeto nas casas de acolhimento para crianças/jovens em perigo.....	61
<i>Sónia Santos e Cristóvão Margarido</i>	
Capítulo 5 – A mediação e a violência doméstica: do trabalho social com os agressores	79
<i>Sandra Ribeiro e Ricardo Vieira</i>	
Capítulo 6 – Avós e netos: educação, comunidade e solidariedade intergeracional.....	101
<i>Rosa Maria da Exaltação Coutrim e Pedro Silva</i>	

II PARTE

Investigação, Desenvolvimento e Mediação Comunitária..... 119

Capítulo 7 – Em torno da diversidade: lugares, dinâmicas e investigação 121

José Carlos Marques e Luís Baptista

Capítulo 8 – Políticas municipais para a inclusão social. Da mediação intercultural à mediação comunitária: mesa redonda / focus group com as Câmaras da Batalha, Leiria, Marinha Grande e Pombal..... 127

Ricardo Vieira e Nelson Araújo

III PARTE

Estar Dentro e Estar Fora para Mediar e Intervir 175

Capítulo 9 – Desenvolvimento, Educação e Direitos Humanos..... 177

Laborinho Lúcio

Capítulo 10 – Mediação e autonomia de crianças e jovens no sistema de acolhimento 191

Maria João Leote Carvalho

Capítulo 11 – Políticas sociais, mediação intercultural e intrapessoal com jovens institucionalizados..... 207

Paula Costa, Ricardo Vieira e Rui Santos

Capítulo 12 – A operatividade do conceito de Território Psicotrópico na intervenção comunitária..... 233

José Luís Fernandes

Sobre os autores 243

Sobre os organizadores 249

CAPÍTULO 3

DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL NUM GAAF

Patrícia Simões
Ana Maria Vieira

DOS PRETEXTOS AOS CONTEXTOS

Entre um ponto de chegada e o seu ponto de partida há todo um caminho percorrido, pautado amiúde por experiências catalisadoras que vão determinando as escolhas do percurso. Daí que o contexto de chegada seja, forçosamente, diferente do contexto de partida, todavia, este terá, sem dúvida, servido de pretexto para essa mudança. Entre ponto de partida – pretexto – e ponto de chegada – contexto – há sempre, portanto, uma transformação. Do prefixo «pre» ao prefixo «con» há, deste modo, uma metamorfose, que se evidencia, sobretudo, no «eu», que é sempre coletivo (um nós) que a testemunha, o qual vai crescendo em pluralidade.

Destaquemos, assim, duas das experiências que compõem o nosso pretexto. Em primeiro lugar, o facto de a investigadora central ter prática da docência no ensino básico e secundário há 15 anos, o que nos permite conhecer, minimamente, o mundo da escola, o suficiente para afirmar e reconhecer que estamos em constante descoberta. Em segundo, a colaboração, durante dois anos, num projeto do Programa Escolhas, vivência que nos deixará sempre um sentimento de gratidão, pois permitiu-nos conhecer o outro lado da escola, o que está para além da «casca da árvore».

Com este pretexto chegamos ao nosso contexto, definido no ingresso no Mestrado de Mediação Intercultural e Intervenção Social, pioneiro no país, em março de 2014, na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Aqui encontrámos algumas Unidades Curriculares com as quais nos identificámos de imediato e que muito nos inspiraram para este percurso. Aqui refletimos sobre algumas inquietações antigas e demos início a

outras. Aqui (re)conhecemos a mediação, (re)encontrámos a interculturalidade e descobrimos o empoderamento que ambas nos podem inculcar. Aqui fomos metamorfoseando a nossa identidade, em permanente (re)construção (Vieira, 2009: 38), constatando o princípio de que 1 e 1= muitos, que a vida e as suas experiências nos vão acrescentando alteregos, transformando-nos em «eus» mais mesclados, mais compósitos, mais plurais.

Por esta altura, a atividade docente era ministrada num Agrupamento de Escolas do distrito de Leiria, considerado Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), o qual incorporava um Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF). Aqui encontraríamos a conjuntura perfeita para a nossa investigação futura.

DA INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA

De entre aquelas inquietações antigas e recentes, salientamos algumas, que reunimos num conjunto de «considerandos», de fundamentos que nos ajudaram a delinear o caminho a seguir. Deste modo, *considerando* a diversidade/complexidade que habita a escola atual (Bizarro, 2006; Almeida, V., 2009; Moniz, 2008; Santos, 2014; Vieira, A., 2013), espelho da sociedade em que está inserida, assumindo-se, por conseguinte, como o seu microcosmos (Vieira, A., 2013), uma escola aberta a todos, um espaço de (com)vivências privilegiado (Jares, 2007), um lugar de convergências e divergências (Vieira, A., 2012), um palco, por excelência, de (re)construção de identidades e alteridades, de encontros e desencontros de sujeitos e culturas (Stoer & Magalhães, 2006; Vieira, R., 2011); *considerando* as possíveis distâncias que emergem entre esses sujeitos (alunos e respetivas famílias), com o perigo da hegemonia escolar (Perrenoud, 2008; Vieira, R., 2011), da indiferença face à diferença (Benavente *et al.*, 1987; Benavente, 2008; Perrenoud, 2008; Santos, 2014), da patologização desta (Canário *in* Almeida, V., 2009), de uma ortopedia social (Correia e Caramelo, 2003) com função paliativa (Peres, 1999), de um desajustamento sociocultural (Santos, 2014), das clivagens socioculturais (Silva, 2003), por exemplo, ao nível dos códigos linguísticos (Silva, 2008; Silva, 2014), da descontinuidade entre dois mundos (Vieira, R., 2011) paralelos (Silva, 2014); *considerando* a dificuldade que a escola sente em assegurar/ dar resposta a todas as funções/ papéis que atualmente lhe são solicitados, não apenas pedagógicos, mas também sociais (Vieira, A., 2013); *considerando* a sua necessária abertura a novos atores sociais (como os mediadores sociopedagógicos, como o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família – GAAF) (Freire, 2010; Vieira, R., 2011; Vieira, A., 2013), para que, em

parceria, consigam chegar ao aluno e à sua família, atravessar a ponte e chegar à outra margem; *considerando* a mediação intercultural como o caminho/ alicerce/ base para essa travessia/ ponte (Benavente *et al.*, 1987; Peres, 1999; Torremorell, 2008; Almeida *in* Simão, Caetano e Freire, 2009; Giménez, 2010; Vieira, A. e Vieira, R., 2013); estudámos o GAAF como campo de possibilidade(s) para a mediação intercultural, enquanto prática catalisadora/ empoderadora/ transformadora para o aluno, a família, a escola e a comunidade (Peres, 1999; Freire *in* Correia e Silva, 2010; Baptista, 2006; Vieira, A., 2013).

Por conseguinte, traçámos alguns objetivos que nos ajudaram a definir o intuito da nossa investigação, nomeadamente, conhecer a missão do GAAF junto do aluno, da família, da escola e da comunidade; conhecer as representações sociais que os sujeitos (alunos, famílias, escola e comunidade) têm sobre o GAAF e descobrir em que medida o GAAF é um campo de possibilidade(s) para a mediação intercultural.

DO PARADIGMA AO MODUS OPERANDI

Como universo de análise da nossa investigação, escolhemos um Agrupamento de Escolas do distrito de Leiria, que, enquanto Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), incorpora um Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) desde o ano letivo 2012/ 2013. Neste contexto, tínhamos projetado, inicialmente, estudar quatro sujeitos, em particular, o Diretor do Agrupamento, os dois Técnicos do Gabinete (uma Psicóloga e um Técnico de Serviço Social), alguns alunos acompanhados pelo mesmo e, paralelamente, as famílias (representadas pelo respetivo Encarregado de Educação). Todavia, a entrada no terreno constituiu-se como uma descoberta. Rapidamente compreendemos que essa suposta etapa de chegada transformar-se-ia, paradoxalmente, num verdadeiro ponto de partida, que nos começava a apontar outros caminhos. E foi difícil resistir a todas as direções despontadas. À medida que estávamos com/ que convivíamos/ que estabelecíamos relação com os sujeitos que pretendíamos estudar, íamos ampliando a nossa curiosidade (Vasconcelos, 2000) relativamente a outros sujeitos, nomeadamente, os Professores e os Parceiros da Comunidade, que trabalham diretamente com o GAAF do Agrupamento. Por conseguinte, numa decisão ponderada, resolvemos alargar o nosso universo, incluindo, também, no nosso estudo, três Professores do Agrupamento e, no que concerne aos Parceiros, três organizações, designadamente, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), na pessoa da sua Presidente, a Associação para o Desenvolvimento Local, promotora de um Projeto do Programa Escolhas, na

pessoa da sua Coordenadora, e, ainda, a Unidade de Cuidados para a Comunidade (UCC), na pessoa da sua Coordenadora.

Assumindo, *a priori*, a complexidade do nosso objeto de estudo, intrínseca, aliás, a toda a investigação em ciências sociais, privilegiámos o paradigma hermenêutico, compreensivo, de descoberta, defendendo a sua complementaridade (Boavida e Amado, 2006). Interessava-nos, sobretudo, interpretar o pensamento/ a opinião dos outros, daí que a metodologia a adotar fosse compósita, politeísta (Bourdieu, 1992, in Vieira, 1999: 39). De facto, importava conhecer, compreender e interpretar as representações que o sujeito (per si complexo) em estudo manifestava. Adotámos, por isso, como método, o estudo de caso etnográfico (Stenhouse, 1994, in Amado, 2014; Caria, 2003), que nos permitiria estudar um fenómeno no seu contexto e refletir sobre as representações dos sujeitos nele envolvidos. No que diz respeito às técnicas de recolha da informação (Bell, 2010; Amado, 2014), elegemos três, designadamente, a análise documental (Projeto Educativo do Agrupamento, Planos Anuais de Atividades, Relatório de Avaliação 2012/ 2015, Plano de Melhoria 2015/ 2018); a observação participante, isto é, o acompanhamento, *in loco*, através da «escuta sensível» (Montenegro, 2008) e da «escuta ativa» (Giménez, 2010), de diversas atividades dinamizadas pelo GAAF, em particular, atendimentos a alunos e famílias, animação de pátio, visitas domiciliárias, atividades de férias escolares, reuniões com os diretores de turma, reuniões com os parceiros da comunidade; e a entrevista individual semiestruturada (entrevistámos três alunos, três encarregados de educação, dois técnicos do GAAF, o diretor do Agrupamento, três professores e três parceiros da comunidade, perfazendo um total de 15 entrevistas).

DA DIMENSÃO EMPÍRICA À REFLEXÃO

Conforme referimos, a estada no terreno, durante quase dois anos, assumiu-se como uma descoberta. O objetivo não tinha, no seu âmago, a intenção de verificar/ confirmar algo, mas antes de entender, de estar com, de compreender, de interpretar, de refletir sobre o observado e o auscultado, para, posteriormente, poder ser divulgado e partilhado. Importava, sem dúvida, conhecer e acompanhar as dinâmicas/ as práticas deste Gabinete, assim como todos os atores que com ele tecem relações, de modo a perceber em que medida poderá o GAAF ser entendido como campo de possibilidade(s) para a mediação intercultural.

Da missão às práticas

Na verdade, a necessidade de criar este Gabinete é, desde logo, fundamentada pelo Diretor do Agrupamento.

As pessoas sabem que, para resolver certo tipo de assuntos, nas escolas, têm de existir psicólogos, têm de existir técnicos sociais, entre outros, porque os professores não têm a capacidade para dar resposta a problemas que nos surgem, no dia a dia. Eu não posso exigir do professor que seja um técnico social ou um grande psicólogo. Existem questões sociais e problemas relacionados com a individualidade de cada aluno. Isso preocupa-me e a isso tem de ser dada uma resposta. [...] O GAAF surge com o projeto TEIP, porque felizmente nós temos pessoas, que nos supervisionam, com sensibilidades para estas questões. (trechos da entrevista ao Diretor do Agrupamento)

Parte da análise documental que realizámos passou por pesquisar, detalhadamente, o Projeto Educativo do Agrupamento, a fim de conhecer os seus valores, bem como a sua missão. Precisamente neste documento, surge a menção ao GAAF, que é apresentado como um serviço técnico-pedagógico.

Na sequência da integração do nosso Agrupamento no projeto TEIP3, o Agrupamento beneficia, desde o ano letivo 2012/2013, de um Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF). O gabinete supracitado conta com a presença de um Psicólogo, a tempo inteiro, e um Técnico de Serviço Social, a meio tempo. (Projeto Educativo 2015/2018 do Agrupamento)

Deste modo, pode ler-se, no mesmo, que o GAAF tem como missão «contribuir para o crescimento harmonioso e global da criança/ jovem, promovendo um ambiente mais humanizado e facilitador da integração escolar e social». Essa missão é, desde logo, reconhecida pelos seus técnicos. Nas palavras da Psicóloga do GAAF do Agrupamento estudado,

Estamos aqui, não só para apoiar os alunos, como capacitar as famílias, com competências parentais, que, muitas vezes, têm de ser estimuladas, no sentido de o aluno ficar mais motivado para frequentar a escola, diminuir o insucesso escolar, diminuir um bocadinho o absentismo [...] e a indisciplina, também. Esses são os pilares fundamentais nos quais nos baseamos [...] (trechos da entrevista à Psicóloga)

Por sua vez, para o Técnico de Serviço Social do GAAF do Agrupamento,

O Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família tem como objetivo intervir diretamente com os alunos e com as famílias, com o objetivo de minimizar o insucesso, o absentismo e o abandono escolar dos alunos que são referenciados, seja por parte da Direção da Escola, do Agrupamento, seja pelo Diretor de Turma ou Professor Titular [...] (trechos da entrevista ao Técnico de Serviço Social)

Na verdade, há nas palavras dos Técnicos um discurso comum, que valoriza a estratégia de capacitação aliada ao alicerce da prevenção. Mais do que combater os problemas, importa entendê-los para tentar preveni-los.

Compreendemos, ao longo da estada no terreno, que a filosofia do GAAF assenta em cinco pilares, em torno dos quais se constrói a sua missão, designadamente, o acolhimento, o acompanhamento/ a relação, a articulação, a prevenção e a transformação. Percebemos que, quer a Psicóloga quer o Técnico de Serviço Social, agem sob estas premissas, ainda que de uma forma quase sempre espontânea, uma vez que são competências intrínsecas aos seus perfis, não só profissionais, mas também pessoais.

Dos intervenientes às intervenções

Tivemos oportunidade de presenciar, no terreno, uma série de atividades promovidas pelo GAAF, dentro e fora dos portões da escola. Por sua vez, para dinamizar todas estas práticas, são necessários os atores. Tal como tivemos oportunidade de mencionar, no âmbito dos procedimentos metodológicos, optámos por cingir o nosso universo de análise a cinco conjuntos de atores (alunos, famílias, diretor, técnicos, professores e parceiros da comunidade), que tivessem, como denominador comum, a interação com o GAAF. Abordaremos, de seguida, uma enumeração das práticas promovidas pelo GAAF, assim como, as narrativas de análise e reflexão aos testemunhos dos atores entrevistados que intervêm nessas dinâmicas.

Destacamos, em primeiro lugar, a animação de pátio, uma das práticas mais apreciadas pelos alunos, fortemente disseminada quer na escola sede do Agrupamento, quer nas escolas de 1.º ciclo pertencentes ao mesmo. Na impossibilidade de estarem presentes todos os dias em todas as escolas (o Agrupamento agrega mais quatro estabelecimentos, além do edifício sede), os técnicos do GAAF optaram por criar uma escala, de modo a abranger todas as escolas. As atividades podem traduzir-se em dinâmicas de grupo ou jogos tradicionais, no caso dos alunos do 1.º ciclo, e de passagem de música, para os 2.º e 3.º ciclos, que, não raras vezes, transformam o pátio em pistas de dança. Esta prática é valorizada não apenas pelos alunos – «Acho que aquilo [música no intervalo]

era mais animador, era diferente, o ambiente, mudava muita coisa» (Aluno de 17 anos), mas também pelos professores ouvidos – «Desenvolvem atividades de intervalo, para que não haja conflitos entre alunos» (Professora). Conforme sublinha o Técnico de Serviço Social do GAAF, «não estamos aqui circunscritos ao gabinete». E, justamente, através desta atividade, os Técnicos conseguem uma aproximação maior aos alunos. Na opinião do Técnico de Serviço Social, «para nós, é importante, porque vimos o ambiente do intervalo, como é que os alunos se relacionam, que atitudes é que têm».

Salientamos, também, o acompanhamento prestado pelos técnicos, quer às crianças e jovens quer às famílias, que se traduz numa aposta clara na relação com o outro. Nas palavras da Psicóloga, «o pilar do meu trabalho é mesmo esta parte da amizade, mas, também, criar laços de partilha». Na opinião do Técnico de Serviço Social, o segredo passa por «estar atento, tentar criar uma relação».

Na verdade, podemos classificar esse acompanhamento de presencial (aquele que ocorre dentro e fora do gabinete) e de virtual (aquele que deriva de telefonemas e de outras comunicações digitais). Não esqueçamos outro, invisível, mas omnipresente, aquele que pode resultar de uma reunião ou de uma reflexão sobre estratégias a seguir. Recordamos, a este propósito, uma declaração do Técnico de Serviço Social, quando admite falar «muitas vezes com a Psicóloga, por causa das nossas frustrações, para podermos partilhar as nossas dificuldades e, às vezes, também, a opinião relativamente a como devemos agir nesta ou naquela situação».

Como se percebe, em nenhum momento deixa de haver acompanhamento, seja ele direto ou indireto, acompanhamento esse reconhecido e valorizado, pelos parceiros da comunidade – «Através do GAAF, temos conseguido, também, trabalhar um bocadinho as famílias, não só em casos individualizados, como, também em grupos» (Coordenadora de um Projeto Escolhas parceiro) – assim como pelas famílias – «Vejo que a minha filha também gosta da Psicóloga. É uma amiga e isso é muito importante, ter uma amiga adulta com quem nós possamos contar.» (Pai de uma aluna de 11 anos); «Noto que entre a Psicóloga e a minha filha há ali uma certa cumplicidade, não é só uma relação meramente, vá lá, profissional. Noto que ali há uma amizade. Por isso, eu acho que é extremamente positivo.» (Pai de uma aluna de 12 anos).

Outra prática comum consiste na realização de programas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais com as turmas de final de ciclo, um projeto de preparação à adaptação relativa à mudança de ciclo, que se reflete numa aposta de prevenção do absentismo e do abandono, mas também da disciplina, projeto esse que é reconhecido pelos professores auscultados – «fizeram um trabalho fantástico com a minha turma» (Professora). De salientar, também,

o programa de promoção do bem-estar emocional, dirigido às crianças do primeiro ano do Agrupamento. Por sua vez, estes programas são, também, trabalhados em turmas do 3.º ciclo, seja na área da saúde, no âmbito do desporto ou no campo da solidariedade, em articulação com agentes locais, os quais admitem os resultados benéficos dessa parceria – «há aqui um trabalho muito articulado e isto tem resultados» (Presidente da CPCJ); «É importante a escola ter esta ligação à comunidade. Em conjunto, os técnicos do projeto com os técnicos do GAAF, temos trabalhado muito as questões da mediação familiar e da mediação escolar» (Psicóloga Coordenadora de um Projeto Escolhas parceiro do GAAF); «Faço a articulação com o GAAF, que é um trabalho que, na minha opinião, é bastante interessante, um trabalho de muita proximidade» (Enfermeira Coordenadora da Unidade de Cuidados na Comunidade).

Paralelamente, muitos dos alunos acompanhados pelo GAAF beneficiam de apoio pedagógico prestado pelos técnicos, ainda que o mesmo não seja «prescrito» pelos professores. De salientar que esse apoio pode revestir-se numa orientação dos trabalhos de casa, assim como, numa cooperação ao estudo acompanhado, com definição de técnicas e estratégias a considerar para a promoção do sucesso escolar. Por outro lado, esse apoio pode assumir-se, por exemplo, no auxílio à aprendizagem do português língua não-materna, apresentando-se, deste modo, como uma verdadeira tradução, não apenas de línguas, mas, também, de culturas. Também este procedimento adquire reconhecimento por parte dos atores envolvidos, seja de um Pai – «já estive presente em várias reuniões com a Psicóloga, onde ela me fez uma resenha do progresso e do desenvolvimento escolar da minha filha» –, do Técnico de Serviço Social – «há alunos que têm o nosso acompanhamento e que, depois, acabam por ter alguma evolução positiva, ao nível do sucesso escolar» – ou da Coordenadora do TEIP, quando destaca um aluno seu que «tinha ficado retido o ano passado e este ano conseguiu transitar, mas muito dificilmente ele teria conseguido se não tivesse tido esta ajuda [do GAAF]».

Conforme salienta, ainda, outra Professora entrevistada,

Tudo tem a ver, comportamentos com a aprendizagem. E houve todo um trabalho do GAAF, em conjunto com a professora, que fez ou que veio surtir efeito no resultado das avaliações, ou seja, sendo esta uma turma com casos complicados, com alunos especiais, foi muito bom o resultado final, porque os exames, o resultado dos exames, a nota que os alunos tiveram foi fantástica. Veio refletir todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano, quer com a professora, comigo, quer com o Técnico e a Psicóloga. Portanto, foi mais uma valia e isso reflete-se na avaliação. Portanto, fiquei muito satisfeita. (Professora do 1.º ciclo)

Realçamos, ainda, uma outra prática muito apreciada, em particular, pelos alunos. Referimo-nos à dinamização de férias escolares, que tem lugar durante as pausas letivas. Na verdade, trata-se de uma iniciativa conjunta, criada pelo GAAF em colaboração com parceiros da comunidade. Nestes programas, que ocorrem no Natal, na Páscoa e no verão, são dinamizadas atividades de índole diversa, designadamente, desportivas (como a canoagem, o surf, o ténis...), ateliês temáticos (como a culinária, a pintura, as artes decorativas...), culturais (visitas à feira do livro, visitas de estudo...) e solidárias (envolvimento em várias campanhas). Tivemos oportunidade de assistir ao entusiasmo manifestado pelas crianças e jovens pela sua participação em todas as atividades, assim como, ao reconhecimento da importância destes programas por parte dos Pais – «É importante para eles interagirem com outras crianças e desenvolverem atividades, que, doutro modo, não seria possível» (Pai de uma aluna de 12 anos).

Presenciámos, ainda, a dedicação e a entrega quer da Psicóloga, quer do Técnico de Serviço Social aquando da concretização de cada atividade proporcionada, assim como, o carinho e orgulho com que, no final, elaboram vídeos com a compilação desses momentos e os partilham com as famílias e com a comunidade.

Uma vez mais, ressalvamos o papel dos parceiros da comunidade, que disponibilizam espaços e recursos para que muitas das atividades sejam concretizadas. Efetivamente, trata-se de um programa inovador, que tenta, através do vasto leque de atividades propostas, promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais destas crianças e jovens. Por outro lado, é uma iniciativa que adquire uma responsabilidade social, na medida em que se assume como enorme ajuda às famílias que têm compromissos profissionais incompatíveis com as pausas letivas dos filhos.

Simultaneamente, é, também, prática do GAAF promover ações de formação parental – «Estamos aqui, não só para apoiar os alunos, como capacitar as famílias, com competências parentais, que, muitas vezes, têm de ser estimuladas.» (Psicóloga). Tivemos oportunidade de acompanhar uma dessas formações, com a duração de 25 horas, que decorria duas vezes por semana, em horário pós-laboral, numa das escolas do Agrupamento, em colaboração com o Projeto Escolhas parceiro, e perceber o interesse e a participação dos pais por terem um espaço e um tempo de partilha e reflexão sobre a sua relação com os seus filhos, assim como, a sua relação com a escola. Daí que tenhamos registado opiniões como «É pena não haver essas formações mais vezes» (Pai de uma aluna de 11 anos).

Além destas formações, dirigidas a grupos, também é frequente o acompanhamento individual às famílias. Conforme salienta a Professora Coordenadora do TEIP,

Socialmente, há muitas falhas [...] O importante seria aquilo que o GAAF também faz muito, que é tentar que os pais... não é ensiná-los a ser pais, mas dar-lhes aquelas dicas que ninguém lhes deu e que eles nunca receberam até agora. Eles fazem o acompanhamento dos pais. Não têm tido muito sucesso, a Psicóloga não tem sentido muito a abertura da parte dos pais para fazer grandes reuniões com muitos pais. Eu penso que é mais individualmente, de falar com eles, tentar dar os tais bons conselhos. Eu sei isso por uma Encarregada de Educação da minha turma, em que a Psicóloga tem tido um papel muito importante – ‘como é que deve fazer’, ‘olhe, tem de tomar esta medicação’. Ela própria tem tido essa preocupação com outros alunos. É aqui que tomam a medicação, porque, em casa, não há um ambiente para isso. Isto parece que é mentira, que é surreal, mas não é. É a realidade que nós temos.

A Coordenadora acrescenta, ainda, o mérito que os técnicos do GAAF têm nesta intervenção, nesta relação de proximidade e confiança com os pais.

Cada vez mais aquilo que notamos é a falta de empenho das famílias, relativamente aos filhos, e o GAAF tem tido esse papel, que é ajudar-nos, porque não é o professor, porque não está no conselho de turma, porque não está a avaliar o aluno.

Conforme testemunha o Técnico de Serviço Social, «dentro das situações que eu acompanho, noventa por cento têm a ver com o contexto familiar e é extremamente difícil mudar isso», daí que seja tão importante a sua aposta nesta relação com a família.

No ponto de vista da Coordenadora do Projeto Escolhas parceiro do GAAF, esta questão do acompanhamento tem sido bastante trabalhada e tem surtido algum efeito, ainda que, por vezes, o mesmo possa traduzir-se em questões apenas aparentemente triviais. O simples gesto de a família estar a par do quotidiano escolar dos filhos assume, em alguns casos, uma importância enorme. Na verdade, por vezes, o contacto que estas famílias contraem com o GAAF incumbe-lhes alguma responsabilização relativamente à educação e acompanhamento dos filhos.

Deste GAAF a outros

Acompanhámos este GAAF, conforme já referimos, ao longo de dois anos, sensivelmente. Desde então, já tivemos oportunidade de conhecer outros Gabinetes, nomeadamente, um, em particular, que nasceu há poucos meses e que tem, ainda, um longo percurso para trilhar.

Efetivamente, não há gabinetes iguais e cada um vai estabelecendo as suas prioridades, traçando a sua missão, de acordo com as premissas sob as quais é

criado. Neste caso específico, conhecemos, atualmente um GAAF, incluído num agrupamento de escolas do distrito de Lisboa, que se direciona, exclusivamente, para acompanhamento de alunos sinalizados para o mesmo, com problemas de saúde associados. O gabinete em questão visa dar uma resposta nesta área, uma vez que é dinamizado por uma enfermeira, que se desloca à escola, uma vez por semana, durante duas horas, para atendimento aos alunos previamente encaminhados.

Na verdade, constatamos que, não obstante o GAAF ter, na sua génese, princípios orientadores bem definidos, nem todos os gabinetes conseguem reunir condições para abrir as portas e desenvolver a sua atividade dentro e fora das quatro paredes.

Da mediação intercultural à mediação comunitária

Considerando a mediação intercultural como uma prática catalisadora da diversidade, que aposta nas dimensões preventiva, empoderadora, transformadora dos atores, que acredita numa perspetiva sociopedagógica, educadora para a autonomia de sujeitos, afigura-se pertinente interpretar em que medida essa prática contribuirá para a mediação comunitária.

Na verdade, no contexto que acompanhámos, percebemos que a relação com a comunidade é amplamente promovida, daí o desafio ao trabalho em rede com vários parceiros do Agrupamento de Escolas. Por sua vez, seja através das práticas dinamizadas, seja no âmbito das auscultações realizadas juntos dos atores intervenientes, compreendemos que esse é um desafio superado. Efetivamente, o consórcio de parceiros do GAAF é uma realidade, constantemente alimentada pela profícua articulação entre as diversas organizações/ instituições, que têm objetivos partilhados. Consequentemente, há, portanto, um interesse comum em cultivar essa articulação.

Por um lado, espera-se que a Escola acolha um aluno para que, de acordo com as suas motivações e experiências peculiares, lhe sejam apresentados diferentes caminhos de empoderamento e transformação. Neste âmbito, a Escola pode e deve ser, sempre, um espaço de hospitalidade, criando condições para que a diversidade possa ser transformada em oportunidade. Por sua vez, interessa à comunidade receber o retorno dessa transformação, num processo de inclusão integral, colhendo, a seu tempo, os frutos de uma cidadania plena.

Daí que da mediação intercultural à mediação comunitária haja uma simbiose quase natural. Nesta perspetiva, não será possível conceber a mediação comunitária sem a dimensão catalisadora da mediação intercultural. Nas palavras da Coordenadora do Projeto Escolhas parceiro,

Com o GAAF tem sido uma articulação muito próxima e muito presente, o que para nós, que estamos fora da escola, é muito importante, porque as escolas não são contextos muito fáceis de entrar e o GAAF acaba por ser aqui um ponto de interação, porque em termos de missão e de objetivos, temos muitas coisas em comum. Só que o GAAF faz parte da escola e nós temos uma intervenção mais de base comunitária. E eu acho que esta sinergia, esta ligação entre a escola e a comunidade, acaba por ser aqui o ponto nevrálgico da nossa ligação.

A este propósito, recordemos a postura categórica da Presidente da CPCJ, quando afirma

[...] nós fazemos disto, de acordo com os objetivos gerais, aquilo que nós entendemos, ou burocratizamos ou somos, aqui, uns facilitadores, não no sentido do facilitismo, mas facilitadores no sentido de sermos pessoas promotoras do próprio desenvolvimento destas crianças e destas famílias, porque há muito trabalho a fazer na ligação com a família [...] E o problema é que, normalmente, conceitualmente, as pessoas consideram que a educação é educação, o social é o social e esta questão tem de estar devidamente articulada. (Presidente da CPCJ)

Efetivamente, a articulação com o GAAF é bastante valorizada por todos os parceiros da comunidade auscultados.

CONCLUSÕES

Como tivemos oportunidade de explanar, acompanhámos um GAAF ao longo de dois anos, aproximadamente. Ao longo desse tempo, procurámos, em primeiro lugar, conhecer, para, posteriormente, refletir sobre. Conforme expusemos inicialmente, pretendíamos conhecer a missão do GAAF junto do aluno, da família, da escola e da comunidade, num primeiro momento, enquanto percebíamos, paralelamente, as representações sociais que esses sujeitos tinham sobre o Gabinete. Interessava-nos perceber as suas dinâmicas para que pudéssemos descobrir e interpretar em que medida as práticas do GAAF poderiam ser entendidas como campo de possibilidade(s) para a mediação intercultural.

Descobrimos que todos os sujeitos auscultados reconhecem a importância do GAAF, nomeadamente, no acompanhamento de proximidade aos alunos e às famílias, destacando a disponibilidade e entrega dos Técnicos que o compõem. Na opinião de um Pai, «é complicado para o GAAF fazer melhor do que aquilo que já faz, tendo em conta os meios que tem e o número de crianças que está a ajudar».

Constatámos o mérito atribuído ao gabinete, na pessoa dos seus Técnicos, por parte do Diretor – «tenho a sorte de ter uma equipa magnífica» –, dos Pro-

fessores inquiridos – «o GAAF tem duas pessoas fantásticas» / «a vinda de técnicos foi excelente»/ «percebemos, pela maneira de ser [...] nem um nem o outro precisam que eu os elogie. [...] eles empenham-se muito, muito» –, e dos Parceiros da comunidade ouvidos – «um trabalho de muita proximidade» / «facilitadores no sentido de sermos pessoas promotoras do próprio desenvolvimento» / «uma boa ligação com os técnicos» –, designadamente, nas boas práticas utilizadas, bem como, no valor das mesmas para todos os agentes da comunidade educativa.

Compreendemos que, independentemente das características inerentes aos perfis destes técnicos, ressalta o facto de gostarem daquilo que fazem como segredo para o fazerem bem e para o quererem fazer sempre melhor. Conforme refere a Psicóloga,

moro um bocadinho longe do local de trabalho e todos os dias, no meu caminho, venho com um sorriso [...] é mesmo uma grande paixão. Todos os tipos de casos, mesmo os mais difíceis [...] acho que é amor [...] é mesmo assim que eu vejo o GAAF, com o coração; ao ver o GAAF com o coração, com uma grande paixão, eu chego ao outro muito bem.

Por sua vez, para o Técnico de Serviço Social, «o fundamental é nós gostarmos daquilo que fazemos; ao gostarmos daquilo que fazemos, é meio caminho andado para ‘vestirmos a camisola’, para nos sentirmos bem e isso é importante.»

Depois de tudo o que expusemos, sobressai um dos pilares que caracteriza e distingue este GAAF. Referimo-nos à articulação que estabelece com vários parceiros da comunidade. Por sua vez, esta articulação está, também, claramente visível na flexibilidade e na disponibilidade com que os técnicos gerem o seu horário de trabalho, não revelando quaisquer problemas de o estender além do previsto, seja para atender uma família, seja para conversar com um diretor de turma, seja para realizar uma visita domiciliária, seja para acompanhar um aluno a uma consulta de saúde. Para o Técnico de Serviço Social, essa articulação

implica o Centro de Saúde, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, outros serviços que existam na Comunidade, no sentido de apoiar ou a família ou o aluno, porque temos de perceber também o que se passa fora do contexto escolar, no sentido de vermos o que é que se pode e consegue fazer, o que demonstra que a articulação está ao serviço da mediação.

Consagramos estas linhas finais à opinião da Coordenadora do TEIP, que conclui que «O GAAF é ótimo! Neste momento, podemos dizer a cem por cento

que sem eles, alguns alunos – nem que seja só um – mas alguns alunos não teriam chegado onde chegaram.»

De facto, por estas palavras depreendemos que a aposta e o sucesso deste Gabinete não poderão ser representados na quantidade, mas antes na qualidade. Aliás, este é um projeto cuja missão não assenta em números, mas em pessoas. O objetivo não será, nunca, acompanhar o maior número de alunos, o objetivo será, sempre, tornar o acompanhamento dos alunos com quem intervém, o melhor possível. Não obstante a demora na visibilidade de resultados imediatos, intrínseca a qualquer projeto social, o GAAF pode, efetivamente, constituir-se como um campo de possibilidade(s) para a mediação intercultural, na medida em que adota práticas catalisadoras, transformadoras e empoderadoras da(s) diversidade(s) que habita(m) a Escola contemporânea, onde se incluem não apenas os seus alunos, como também as respetivas famílias e, ainda, a própria comunidade. Daí que possamos afirmar a simbiose natural que ressalta entre mediação intercultural e mediação comunitária, que traduz a pedagogia social emergente no seio da Escola, espaço de hospitalidade por excelência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, H. (2009). Um panorama das mediações nas sociedades. Na senda da construção de sentido da mediação em contexto educativo. In A. Simão, A. P. Caetano, I. Freire (orgs.), *Tutoria e Mediação em Educação* (pp. 115-128). Lisboa: Educa.
- ALMEIDA, V. (2009). *O mediador sociocultural em contexto escolar – contributos para a compreensão da sua função social*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- AMADO, J. (Coord.) (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (2.^a Edição). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BAPTISTA, I. (2006). Problemas, dilemas e desafios éticos na intervenção sócio-educativa. In *Actas do Encontro de Intervenção Social: Saberes e Contextos* (pp. 61-73). Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- BELL, J. (2010). *Como Realizar um Projecto de Investigação* (5.^a Edição). Lisboa: Gradiva.
- BENAVENTE, A. (2008). Prefácio. In L. Moniz, *Não sei se sou diferente... A (in)visibilidade da diversidade cultural* (pp. 13-15). Lisboa: Livros Horizonte.
- BENAVENTE, A. et al. (1987). *Do Outro Lado da Escola*. Lisboa: IED.
- BIZARRO, R. (Org.) (2006). *Como abordar... A escola e a diversidade cultural. Multiculturalismo, Interculturalismo e Educação*. Porto: Areal Editores.
- BOAVIDA, J. e AMADO, J. (2006). *Ciências da Educação: Epistemologia, Identidade e Perspectivas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CANÁRIO, R. (2009). Prefácio. In V. Almeida, *O mediador sociocultural em contexto escolar – contributos para a compreensão da sua função social* (pp. 11-13). Mangualde: Edições Pedagogo.

- CARIA, T. (Org.) (2003). *A Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- CORREIA, J. e CAMELO, J. (2003). Da mediação local ao local de mediação: figuras e políticas. In *Educação, Sociedade e Culturas* (20, pp. 167-191).
- CORREIA, J. e SILVA, A. M. (Orgs.) (2010), *Mediação: (D)Os contextos e (D)Os Actores* (pp. 59-70). Porto: Edições Afrontamento/ CIIE.
- FREIRE, I. (2010). A mediação em educação em Portugal. In J. Correia e A. M. Silva (Orgs.), *Mediação: (D)Os contextos e (D)Os Actores* (pp. 59-70). Porto: Edições Afrontamento/ CIIE.
- GIMÉNEZ, C. (2010). *Mediação Intercultural*. Lisboa: ACIDI.
- JARES, X. (2007). *Pedagogia da Convivência*. Porto: Profedições.
- MONIZ, L. (2008). *Não sei se sou diferente... A (in)visibilidade da diversidade cultural*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MONTENEGRO, M. (2008). O Projecto Nómada e a Mediação. In *Actas do XVI Colóquio AFIRSE/AIPELF*.
- PERES, A. N. (1999). *Educação Intercultural – Utopia ou realidade? Processos de pensamento dos Professores face à diversidade cultural: Integração de Minorias na Escola*. Porto: Profedições.
- PERRENOUD, P. (2008). *A Pedagogia na Escola das Diferenças*. Porto Alegre: Artmed.
- SANTOS, M. E. (2014). *Que Escola? – Que educação? Para que cidadania? Em que escola?*. Lisboa: Alfarroba.
- SILVA, M. C. (2008). *Diversidade Cultural na Escola. Encontros e Desencontros*. Lisboa: Edições Colibri.
- SILVA, P. (2003). *Escola-Família, uma Relação Armadilhada – Interculturalidade e relações de poder*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, P. (2014). Escolas, meios populares e mediação sociocultural. In M. Burgos (coord.), *A Escola e o Mundo do Aluno – Estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- SILVA, P. et al. (2010). Mediação sociopedagógica na escola: conceitos e contextos. In A. Peres e R. Vieira (Orgs.), *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz* (pp. 75-99). Chaves e Leiria: APAP e CIID-IPL.
- SIMÃO, A. M. V.; CAETANO, A. P. e FREIRE, I. (Orgs.) (2009). *Tutoria e Mediação em Educação*. Lisboa: Educa.
- STOER, S. e MAGALHÃES, A. (2006). *A Diferença Somos Nós. A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- TORREMORELL, M. (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto: Porto Editora.
- VASCONCELOS, T. (2000). Ao ritmo de um cortador de relva: entre o ‘estar lá’ e o ‘estar aqui’, o ‘estar com’ – dilemas e complexidades da etnografia em caminhos pós-modernos de multivocalidade. In *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 14, 37-58.
- VIEIRA, A. (2012). Tensões Sociais e Conflitos na Escola: da Prevenção e da Resolução. In *A Página da Educação*, verão de 2012, n.º 197, 30-31.
- VIEIRA, A. (2013). *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Porto: Profedições.
- VIEIRA, A. e VIEIRA, R. (2013). Pedagogia Social, Comunicação e Mediação Intercultural. In *A Página da Educação*, n. 201, série II.

- VIEIRA, A. e VIEIRA, R. (2016a). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans) formações*. Porto: Profedições/ Jornal a Página.
- VIEIRA, A. e VIEIRA, R. (2016b). Ser professor: histórias de vida e a aprendizagem da interculturalidade. In L. I. Allebrandt e M. B. Maldaner (orgs.), *Alfabetização numa relação intercultural* (pp. 22-30). Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil: Editora Unijuí.
- VIEIRA, R. (2009). *Identidades Pessoais. Interações, Campos de Possibilidade e Metamorfoses Culturais*. Lisboa: Colibri.
- VIEIRA, R. (2011). *Educação e Diversidade Cultural: notas de Antropologia da Educação*. Porto: Afrontamento e Leiria: CIID-IPL.
- VIEIRA, R. e VIEIRA, A. (2016). Mediações Socioculturais: Conceitos e Contextos. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira e C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 27-55). Porto: Edições Afrontamento.